

# GDF volta a derrubar obras irregulares em Vicente Pires

O GDF reiniciou ontem em Vicente Pires, desta vez sem tumultos, as derrubadas de construções erguidas em desacordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Cerca de 120 profissionais de vários órgãos participaram da operação. A ação continua hoje, com a retirada de muros, cercas e demais construções que estejam em área ambiental. Casas habitadas, entretanto, só serão demolidas mediante decisão judicial.

Na operação de ontem, as equipes contabilizaram a derrubada de 600 metros lineares de muros e 40 metros de base de casa em quatro chácaras. Além disso, no lote 26 da chácara 54, na Colônia Agrícola Samambaia, uma construção foi embargada e cerca de R\$ 12 mil em lajes, tijolos e material de construção foram apreendidos e transferidos para depósitos.

O proprietário do lote, Ru-

bens da Guarda Rodrigues, 45 anos, reclamou. "Eu comprei esse lote para o meu filho. Eu não sou invasor não, sou comprador de boa-fé", afirmou. Além de ter que pagar multa para recuperar o material apreendido, Rubens terá de paralisar a construção de dois quartos que estava prestes a ficar concluída.

Segundo o gerente de operação do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água), Rafael Moraes, todas as construções derrubadas foram erguidas depois do Termo de Ajustamento de Conduta e estavam em solo de vereda em Área de Preservação Permanente.

Com a retomada das derrubadas, o GDF espera conseguir do Ibama, já que a área é de propriedade da União, o fim do embargo às obras da rede de

abastecimento de água no local. Caso a paralisação dure mais dois meses, o GDF pode ter cancelado o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

As obras já consumiram 90% dos R\$ 50 milhões previstos. O cronograma da Caesb prevê três obras para a conclusão do sistema: um reservatório, que está pronto, uma estação elevatória e a rede de distribuição de água. São 360 quilômetros de tubulação e 13,5 mil ligações prediais, que vão atender 50 mil habitantes. Até o dia do embargo, 27 de setembro, a Caesb havia concluído 200 quilômetros de rede e sete mil ligações.

Segundo o presidente da empresa, Fernando Leite, o prejuízo é ainda maior por conta da questão ambiental. "São 50 mil pessoas consumindo água contaminada, podendo contrair doenças", alerta.